



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camaraademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL E POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO PRÉDIO DA CÂMARA DE MARIANA CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, ATENDENDO À SOLICITAÇÃO DO VEREADOR JOSÉ ANTUNES VIEIRA, NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DOIS. (29-09-2022).

Ao vigésimo nono dia do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, segunda-feira, às oito horas e cinquenta e dois minutos, foi realizada a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes de Finanças, Legislação e Justiça; (Presidente: Fernando Sampaio; Vice-presidente: Ediraldo Ramos; Vogal: Adimar Cota) de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo (Presidente: Maurício Borges; Vice-presidente: Ricardo Miranda; Vogal: Edson Agostinho); de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente (Presidente: Edson Agostinho; Vice-presidente: Ediraldo Ramos; Vogal: Ricardo Miranda). **Participaram da reunião:** O Vereador José Antunes **Registraram Presença:** Edvaldo Andrade - Secretário Municipal de Governo; Dimas Antônio Mariosi - Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP); Luiz Eduardo Vianna Ribeiro - Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural; Raíssa Camila Marques Rodrigues de Paula - Gerente de Operações/Coordenadora do Serviço Municipal de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIM) – CODAP. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do povo Marianense, havendo número regimental” O Vereador José Antunes, iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos, e consultou os presentes sobre a leitura da ATA da última reunião. A leitura foi dispensada, e a ATA foi aprovada sem ressalvas. O Vereador José cumprimentou os Srs. Dimas Antônio, Edvaldo, Luiz Eduardo, e Sra. Raíssa, dizendo que convidou-as para a reunião presente pois, na última, por problemas de conexão, não conseguiu compreender o que estava sendo dito e completou afirmando ser da zona rural e, quando questionado, não saberia responder às questões levantadas pelos produtores. Com a palavra, a Sra. Raíssa agradeceu a presença de todos e afirmou estar presente para tirar dúvidas, apresentou o Sr. Dimas e explicou que a CODAP conta equipe de médicos veterinários, engenheiros civis que prestam serviços e abriu para questionamentos. O Sr Dimas quis contextualizar o CODAP: trata-se de um Consórcio Público de desenvolvimento da região dos Inconfidentes, Mariana e Vale do Piranga, possui co-associados vinte e quatro municípios, entre eles Conselheiro Lafayette, Congonhas, Entre Rios e Mariana; age por demanda, e a partir de contato, verificam se a demanda será atendida de modo consorciado, dado que isso diminui os custos; o CODAP possui um programa de Curral Regional, para animais de médio e grande porte que causam doenças e acidentes; é difícil os municípios realizarem o Curral Regional sozinhos, pelo custo e complicações políticas; ao associarem-se para resolver o problema, os trâmites são facilitados e há a diminuição os custos; os currais regionais já se encontram em fase final tendo as obras inauguradas em outubro do ano concorrente e se encontra numa área cedida pela Gerdau, no município de Ouro Branco, contando com dois caminhões boiadeiros, equipe armada e equipe de veterinários; e o outro



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

programa do CODAP é o Sistema a Serviço Social Municipal, abrindo assim, espaço para perguntas. O Vereador José questionou a função do Curral Regional, ao que o Sr. Dimas respondeu que são recolhidos animais de estradas e distritos de todos os municípios que participam do curral. O Vereador José questionou se a cidade de Mariana participa do projeto, ao que o Sr. Dimas explicou que Mariana não demonstrou interesse em aderir ao programa; nas assembleias dos Prefeitos ou representantes do Executivo é que manifestam interesse. Manifestando-se, realizam-se os procedimentos para inserir o município na cooperativa. Disse, ainda, que o Curral Regional é um serviço de proteção animal, onde os estabelecimentos que se interessam são orientados a se adequarem às normas de higiene e sanitárias, que permitem que seus alimentos não transmitam doenças e, com isso, todos ganham: o cidadão, pois seu alimento não terá doenças infectocontagiosas, o produtor, pois, tendo o selo do CODAP, seu produto não é retirado pela vigilância e atinge 600 mil pessoas, pode vender para órgãos públicos, para supermercados e os vinte e cinco municípios atendidos; o CODAP foi selecionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para fazer parte do projeto Projeto Ampliação de Mercados de Produtos de Origem Animal para Consórcio Públicos de Municípios (ConSIM), e está sendo qualificado pelo ministério para que consigam equivalência ao sistema brasileiro de inspeção: o produto que tiver o selo do CODAP poderá rodar o Brasil todo, e o negócio do produtor expande muito. Com a palavra, o Sr. Luís Eduardo questionou o Sr. Dimas acerca de o Município aderir ao Curral comunitário, se seria construído um deles próximo à região marianense e, ainda, disse que muitas das vezes quando é feita uma denúncia, o cidadão aciona as pessoas da apreensão, e questionou se haveria um custo adicional ao Município ou se o custo é coberto pelo repasse mensal. O Sr. Dimas respondeu que o programa regional é dividido em duas partes: primeiro, a construção do curral, cujas obras em já se concluem em outubro do ano concorrente nos municípios de Cons. Lafayette, Congonhas e Entre Rios, que são municípios perto de Cons. Lafayette, tendo condições de a equipe se deslocar rapidamente; o projeto conta com dois caminhões, inicialmente; Ouro Preto ainda não aderiu, mas manifestou interesse, e estão decidindo se vão custodiar o cuidado dos animais mas, efetivando a adesão de Ouro Preto e Mariana, seria possível contratar uma equipe para a região. O Vereador José disse que a lei de fiscalização alimentícia havia sido aprovada em dois mil e vinte e perguntou a partir de quando a fiscalização seria obrigatória, dado que apenas cinco produtores do Município estão aptos a fornecer. A Sra. Raíssa disse que Mariana tem uma lei de inspeção municipal aprovada antes do CODAP, em 2020, mas essa não foi colocada em prática, provavelmente em decorrência da pandemia. Deveria-se ter pessoal, veículo, etc. e assim, passaram a inspeção municipal para o CODAP; a inspeção é para formalizar a produção, que acontece em três esferas: federal, estadual e municipal. Na prática, o produtor só pode comercializar caso esteja registrado nos respectivos serviços de inspeção. Em Mariana o serviço se encontra em prática: o fiscal faz vistoria, gera laudo técnico com as mudanças necessárias, para então o produtor conseguir o registro. Dos seis produtores que deram entrada em Mariana, um repetiu e os outros cinco já tiveram vistoria, dependendo agora do produtor implantar as mudanças necessárias, se se tratasse apenas do serviço de inspeção municipal; como estão no CODAP e por se tratar de um consórcio, o produtor que se associar, tem a possibilidade de vender nos vinte e



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

cinco municípios associados. Ela reiterou a inspeção do CODAP estar se qualificando para ser equivalente à federal; dessa maneira, o produtor associado poderá solicitar o selo sem precisar acionar o serviço federal. O Vereador José considerou que os produtores de Mariana não estariam preparados para vender nem para o Município, e questionou se algum dos cinco se preparando, algum já possuía o laudo, ao que o Sr. Luís Eduardo disse que três deles estão em fase adiantada, são eles, um frigorífico, um avicultor e um queijeiro, necessitando apenas da fiscalização das adequações, para que sejam emitidos a eles selos provisórios e que o prazo de adequação dos produtores era até agosto do ano concorrente, mas esse foi prorrogado até o fim do ano. O Vereador José demonstrou preocupação com os produtores menores, como de ovos e frango mas, ainda mais com os produtores de carne, dado o custo maior de adequação. Com a palavra, a Sra. Raíssa recordou de um questionamento anterior do Vereador José, pois parece haver um receio do CODAP fechar quem não é fiscalizado, mas frisou que isso é para oferecer a possibilidade de registro, dado que no comércio formal é necessário um selo, o produtor acaba tendo custos para se formalizar. Após o registro do estabelecimento, há uma frequência de fiscalização; a Sra. Raíssa demonstrou interesse em orientar aqueles sem registro a se formalizar. Acontecem de estabelecimentos pequenos possuírem uma boa condição sanitária, mas sem interesse em colocar seus produtos no comércio formal, vendendo para família e amigos. Também há a questão da fraude: a intenção não é fechar o irregular, mas orientá-lo a se regular. Para que se registem, não há a necessidade de tamanho, mas, para registrar, ele tem que ter condição sanitária. O Vereador José questionou se os feirantes estão cientes do prazo de adequação, ao que a Sra. Raíssa respondeu que há a intenção de orientá-los, para realizar a vistoria e dar as recomendações técnicas. O Sr. Edvaldo aclarou que, para participar da feira, precisam-se passar pelo curso da Vigilância Sanitária, os feirantes não estão despreparados. Ele se prontificou a combinar com o CODAP de realizar nova reunião ou audiência pública para divulgar os prazos, e enquanto não há estabelecimento certificado, pode-se aguardar mas, a partir do momento que se tenha um estabelecimento registrado, a fiscalização precisa ser mais atuante. O Vereador José reiterou sua preocupação com o cumprimento da lei de dois mil e vinte, e com a falta de fiscalização; ele não demonstrou confiança com o cumprimento do prazo e questionou acerca da orientação para abate e produção de verduras. O Sr. Edvaldo reiterou que a partir do momento em que se tem o selo, a fiscalização deve ser mais intensa, atuando os irregulares. O Sr. Edvaldo inquiriu em que fase está a implementação da fiscalização no Município, ao que o Sr. Luís Eduardo respondeu que foi proposto pelo fiscal do CODAP liberar o selo provisório desde que as licenças ambientais e outras estejam corretas, e que na feira haverá uma força tarefa de orientação, com material gráfico. O Vereador José questionou se não haverá mais o selo a partir de dezembro deste ano, ao que a Sra. Raíssa respondeu que estão aguardando a solicitação da vistoria final, dependendo do produtor seguir o laudo e chamá-los novamente; ela disse ter acesso aos laudos e que gosta de participar do processo; pode ser que se solicite a vistoria final, que se encontre itens não-ajustados, dependendo do produtor ajustá-los; caso não sejam itens graves, pode-se dar registro provisório e um prazo de adequação. O Vereador José reiterou a falta de preparo por parte dos produtores, e questionou sobre a possibilidade de se visitarem as fazendas, para incentivar e verificar onde pode-se ajudar, e enfatizou



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

o impacto nos primeiros momentos de adequação. O Sr. Edvaldo reiterou o valor do investimento, ao que o Sr. Luís Eduardo redarguiu que os investimentos não são altos quando se trata de pequenos produtores, e solicitou ao Vereador José que se verificasse a possibilidade de criar uma força-tarefa para a fiscalização, ao que este questionou o valor de repasse ao CODAP e há quanto tempo o repasse está sendo feito. A Sra. Raíssa respondeu que a lei de dois mil e vinte foi uma iniciativa da Cidade e que o CODAP está em funcionamento no Município desde julho de dois mil e vinte e um, sendo que primeiro aprova-se a lei da Câmara para então o Município entrar no consórcio. O Vereador José disse que a iniciativa é louvável mas, tendo mais de um ano e pouca fiscalização, isso significa custos para o Município. A Sra. Raíssa reiterou o funcionamento da fiscalização e disse que redigiu um relatório específico das atividades do CODAP em Mariana, já encaminhado à Secretaria de Governo. Disse, ainda, que pode-se ter o laudo mas o produtor ainda ter dúvidas. Ela questionou se a Prefeitura poderia financiar um trabalho de consultoria a esses produtores, ao que o Vereador José respondeu que, tendo custos aos produtores, eles desanimam de adequarem-se e, portanto, a Cidade deve trabalhar juntamente com eles; disse, ainda, que o incentivo aos produtores não se trata apenas de custear, mas de investir; que os feirantes têm incentivo desde o momento do plantio. A Sra. Raíssa reiterou que devem-se orientar os feirantes para não extrapolarem os limites da legalidade e incentivá-los a adequarem-se para vender para estabelecimentos maiores. O Vereador José questionou novamente sobre o repasse mensal do Município ao CODAP, ao que o Sr. Luís Eduardo respondeu que se trata de quatro mil e quinhentos reais. O Sr. Dimas explicou que o valor é baseado na arrecadação municipal, variando entre novecentos e quatro mil e quinhentos reais. O Vereador José reafirmou sua preocupação na adequação dos produtores estar finalizada até dezembro, ao que o Sr. Dimas disse que é um questionamento pertinente, dada a necessidade de normas de inspeção e uma exigência cada vez maior do Ministério Público pois, ao concederem o selo regional, havia municípios grandes que apenas possuíam a lei no papel, mas nada estruturado; reiterou, ainda, o trabalho por demanda, arguindo por um maior entrosamento entre o CODAP e a Secretaria de Agricultura para sensibilizar os produtores para que a população tenha alimentos viáveis. O Vereador José concordou, cobrando agilidade na implantação da fiscalização, expressando que o Município necessita de auxílio na mesma e questionou sobre outras cidades onde o projeto deu certo, ao que o Sr. Dimas respondeu que uma dessas cidades é Conselheiro Lafayette, disponibilizando-se a conversar com o Secretário de Desenvolvimento para demonstrar o funcionamento no Município, e auxiliar na reunião com os produtores, sendo que possuem uma boa estrutura e seu Prefeito havia proposto ao CODAP que assumisse o mercado produtor, transformando-o em mercado regional. O Vereador José questionou se Cons. Lafayette possui matadouro aprovado, ao que o Sr. Dimas explicou que há dois matadouros, nos quais realizam inspeção permanente, até o fim do abate, onde os veterinários chegam quinze para cinco da manhã e permanecem no local até às dezesseis horas em fiscalização e adicionou que há mais um matadouro na cidade de Entre Rios, com os mesmos procedimentos. O Vereador José solicitou ao Secretário Sr. Edvaldo que marcasse uma visita a Cons. Lafayette para, após a mesma, realizar reunião com todos os produtores rurais, para mostrarem a importância da adequação, já que eles se encontram desapercebidos, visto que não houve andamento no projeto, e expressou



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

sua vontade em retomar sua confiança, com demonstrações do que funciona e/ou não, ao que o Sr. Edvaldo concordou, afirmando retornar com uma data para a visita. O Vereador José reiterou que Mariana necessita de um apoio maior, para saber onde deve adequar o investimento. O Sr. Luís Eduardo disse que o investimento é louvável mas, deve-se conscientizar os produtores de que a proposta não é a punição, mas certificar e legalizar a produção, para abrir seus horizontes. O Vereador José afirmou que o investimento não se trata apenas da questão financeira, mas de aprendizado, para que todos trabalhem corretamente. A Sra. Raíssa concordou, adicionando que o CODAP é um consórcio público de desenvolvimento; em relação aos frigoríficos, ela afirmou que a adequação é mais complicada, pois demanda um investimento mais alto e que, a partir do momento que se aprova a lei, mesmo o pequeno produtor que se encontra desanimado, tem a possibilidade de vender seu produto a nível nacional, apenas solicitando registro no CODAP. O Vereador José sugeriu buscar apoio do Jurídico para o Município ir se familiarizando com as exigências da adequação. A Sra. Raíssa reiterou a necessidade de investimento para os produtores, grandes ou pequenos, e deu o exemplo do Apiário Boa Esperança, que conseguiu seu selo por meio de cursos; ela afirmou a existência de empresas parceiras que podem orientar os produtores, mesmo aqueles que resistem à tecnologia, que podem contar com ajuda de filhos ou familiares, dada a multiplicidade de cursos *on-line*; ela reiterou a valorização do produto registrado, afirmando a rapidez do retorno. O Vereador José reiterou ao Sr. Secretário sua vontade de visitar o matadouro. O Sr. Luís Eduardo afirmou que a visita ao frigorífico já foi agendada e estão aguardando a data marcada. O Sr. Edvaldo questionou se há o mapeamento das localidades para que haja a visita, e solicitou apoio do Executivo e do CODAP. O Sr. Luís Eduardo garantiu o mapeamento e assegurou repassar as informações. O Vereador José reiterou a necessidade de conquistar a confiança dos produtores e sugeriu que se convidasse, para a reunião, "pessoas que tem o *know how*". O Sr. Dimas destacou o fato de o CODAP possuir um vídeo institucional sobre o serviço de inspeção e sugeriu que esse fosse passado no momento da reunião, com concordância do Vereador José. O Sr. Edvaldo sugeriu que se disponibilizasse transporte para que os produtores participem da reunião ou, ainda, realizá-la nas áreas rurais, dada a dificuldade de locomoção dos mesmos, ao que a Sra. Raíssa questionou haver alguma localidade específica, ao que o Sr. Edvaldo deu como exemplo o distrito de Águas Claras. O Vereador José afirmou que os produtores não atenderiam à reunião caso precisassem utilizar o transporte público e reiterou a necessidade de conquistar sua confiança. A Sra. Raíssa questionou se a resistência dos produtores está ligada aos laticínios ou de modo geral, ao que o Vereador José respondeu que trata-se de modo geral, acrescentando que os vereadores deveriam estar mais presentes, dado o investimento da Renova, que não teve continuidade. O Sr. Luís Eduardo explanou que a Renova investiu em projetos, totalizando um milhão e trezentos mil em consultorias e projetos, sem consultar o Conselho Curador e acrescentou que o CODAP questionou o gasto com consultoria sendo que estão solicitando mais investimento. O Vereador José inquireu sobre o pagamento do direito trabalhista aos produtores de laticínios no Município, ao que o Sr. Luís Eduardo afirmou ter sido pago pela cooperativa, em torno de setecentos mil reais. O Vereador José afirmou que tanto a Cidade como a cooperativa não souberam cobrar resultados da Renova, afirmando que a adequação dos produtos



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

laticínios já teve seu início no Município de modo equivocado, ao que a Sra. Raíssa afirmou que não se pode deixar sucatear a produção laticínia. O Vereador José afirmou que se começou a produção sem possuir leite, e que gostaria que houvesse mais incentivos, o que não ocorreu. O Sr. Luís Eduardo afirmou que houve um bloqueio no valor a ser investido e que não adianta ter o investimento no setor se o produtor não tem acesso, com a concordância do Vereador José. A Sra. Raíssa questionou se a produção laticínia funcionava pela cooperativa ou pela Prefeitura, ao que o Sr. Luís Eduardo respondeu que a cooperativa seria a responsável pela gestão. O Vereador José completou que a Prefeitura adquiriu equipamento há doze anos e não foi utilizado, que a Renova investiu uma grande quantidade de fundos, mas que faltou ação e sugeriu que se convidassem os outros vereadores para a visita, para que se resgate a confiança dos produtores e se invistam nos mesmos. O Sr. Luís Eduardo questionou sobre haver uma cidade similar a Mariana no tamanho e população, onde houve a adequação à cooperativa, ao que o Sr. Dimas trouxe mais uma vez o exemplo de Conselheiro Lafayette, que começou as inspeções “do zero”, contando com a cooperação de uma funcionária da Prefeitura. O Sr. Luís Eduardo pediu exemplos de lugares que aprovaram a lei, mas não deram início ao co-serviço, ao que a Sra. Raíssa respondeu com o município de Santana e o Sr. Dimas completou com a informação de que cinco municípios manifestaram interesse, mas ainda se encontram em fase de aprovação da lei em suas respectivas câmaras. A Sra. Raíssa deu o exemplo de Santa Luzia, com dois mil habitantes, possuía um estabelecimento com interesse em registrar-se, a depender do sistema federal, que é mais burocrático e demorado, sendo que o CODAP não leva mais de trinta dias para realizar a vistoria. Nesse caso, o produtor cobrou da Câmara para que pudesse se registrar. Ela ainda deu o exemplo de Catas Altas, onde ocorreu o mesmo. O Sr. Dimas deu o exemplo do município de Entre Rios, onde a Câmara se recusava em aprovar a lei, mas o que foi conquistado, dada a pressão dos próprios produtores. A Sra. Raíssa reiterou que o produtor precisa entender que a adequação auxilia no desenvolvimento do negócio e da Cidade, ao que o Vereador José reiterou que são necessários a cobrança e o incentivo, por parte da Câmara, para então punir aqueles que não se adequam. A Sra. Raíssa exemplificou com um produtor de manteiga que adulterava a mesma com gordura vegetal. O Vereador José perguntou ao Sr. Secretário se conseguiu uma data para a visita ou se preferia confirmar com o Prefeito em Exercício, dada a importância de sua presença, ao que este respondeu aguardar a secretária do Prefeito verificar sua agenda e o CODAP mapear os estabelecimentos do município que visitarão. O Sr. Dimas colocou-se à disposição e o Vereador José agradeceu a presença e disponibilidade de todos. Com a palavra livre, a Sra. Raíssa colocou que o SIM é uma ação voluntária do CODAP, que visa o crescimento do produtor; ela reforçou, ainda, que a iniciativa de participar do mesmo foi muito feliz para a cidade de Mariana, dada a dificuldade dos municípios implantarem as regulamentações de modo individual. **Palavra Livre. ENCERAMENTO:** ‘Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do povo Marianense’, o Vereador José Antunes encerrou a reunião às dez horas e cinquenta e vinte e oito minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**